



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Estado da Administração



Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Dezembro/2018

**Concurso Público para provimento de cargos de
Educador Social Penitenciário – Nível Médio
Masculino**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'IA1', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

É sempre edificante praticar gratidão, delicadezas e gentilezas.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C D E

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Leia o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 5.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi aprovada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 1948. Com a Declaração, estabeleceu-se que a humanidade compartilha de alguns valores comuns, considerados fundamento, inspiração e orientação no processo de desenvolvimento da comunidade internacional, compreendida não apenas como uma comunidade constituída por Estados-nação independentes, mas também de indivíduos livres e iguais.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é uma resposta à intolerância étnica e racial verificada durante a Segunda Guerra Mundial. O holocausto, os campos de concentração, a morte de milhares de seres humanos, a maior parte judeus – além de comunistas, homossexuais e todos aqueles que se opunham à marcha dos regimes autoritários europeus – constituem desdobramentos dramáticos dessa intolerância. Para entender por que os direitos humanos se converteram em bandeira de luta, é preciso entender os acontecimentos da Segunda Guerra.

A afirmação dos direitos humanos é ao mesmo tempo universal e positiva. Universal porque alcança todos os homens, independentemente de raça, cor, credo religioso, classe, gênero, nacionalidade ou qualquer outra sorte de clivagem econômica, política, social ou cultural. Positiva porque coloca em movimento um conjunto de preceitos que visam proteger os direitos humanos. Agora, não se trata apenas de proclamar princípios e atribuir-lhes fundamento teórico. Trata-se, antes de tudo, de assegurá-los mediante a criação de leis, normas e regulamentos, seja no âmbito de um Estado nacional, seja no âmbito de convenções internacionais.

Os direitos humanos não constituem uma agenda com fim determinado. À medida que as sociedades humanas se transformam, e se tornam mais complexas as relações sociais, novos direitos vão sendo criados. Isso significa que as lutas em torno das conquistas desses direitos são contínuas, visando vigiar o rigoroso cumprimento dos acordos e das leis.

(Adaptado de: ADORNO, Sérgio. “Os Primeiros 50 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU”. Disponível em: nevusp.org)

1. Considere as afirmações abaixo.

- I. Uma vez que as sociedades atuais vêm se tornando cada vez mais diversificadas, os princípios que nortearam a proclamação dos Direitos Humanos, em 1948, ficaram obsoletos e já não atendem às demandas de organizações internacionais.
- II. Para compreender as motivações que impulsionaram a aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, deve-se levar em conta os desdobramentos da Segunda Guerra Mundial.
- III. Depreende-se do texto que, além de serem anunciados e teorizados, os direitos humanos precisam ser mantidos e protegidos por meio da criação de leis, normas e regulamentos.

Está correto o que consta APENAS de

- (A) I.
- (B) II e III.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) III.

2. ... ou qualquer outra sorte de clivagem econômica, política, social ou cultural. (3º parágrafo)

No contexto, o termo sublinhado acima foi empregado com o sentido de

- (A) propagação ideológica.
- (B) programa de ação.
- (C) direcionamento teórico.
- (D) diferenciação por categorias.
- (E) benefício indevido.

3. À medida que as sociedades humanas se transformam, e se tornam mais complexas **as relações sociais**... (último parágrafo)

O segmento destacado acima possui, no contexto, a mesma função sintática que o sublinhado em:

- (A) a humanidade compartilha de alguns valores comuns
- (B) as lutas em torno das conquistas desses direitos são contínuas
- (C) todos aqueles que se opunham à marcha dos regimes autoritários europeus
- (D) A afirmação dos direitos humanos é ao mesmo tempo universal e positiva.
- (E) Universal porque alcança todos os homens



4. *A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi aprovada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 1948.* (1º parágrafo)
Transformando-se o segmento sublinhado no sujeito da frase acima, a forma verbal resultante será:
- (A) tinha sido aprovado.
 - (B) aprovaram.
 - (C) aprovaram-se.
 - (D) aprovou.
 - (E) haviam aprovado.
-
5. ... para entender por que os direitos humanos se converteram em bandeira de luta... (2º parágrafo)
Sem prejuízo da correção e do sentido, o segmento sublinhado acima pode ser substituído por:
- (A) o motivo nos quais
 - (B) a razão pela qual
 - (C) a maneira à qual
 - (D) por cuja forma
 - (E) cujos os motivos
-
6. Está correta a **redação** deste livre comentário:
- (A) A despeito de haver flagrantes violações aos direitos humanos em diversas partes do mundo, hoje eles constituem uma conquista e um patrimônio ético e cultural da humanidade.
 - (B) Em lugares onde há sérios conflitos sociais, no qual ocorrem violações a dignidade humana, de diversas ordens, tornam-se mais importantes do que nunca a promoção dos direitos humanos.
 - (C) Na sociedade moderna, a autonomia do ser humano é valorizado pelo pensamento filosófico, pois enquanto todos os homens são livres, iguais e tem direitos por natureza.
 - (D) No plano internacional, a divulgação dos direitos humanos feitos por ativistas que se faz ouvir, tornaram-se um dos instrumentos contra o cerceamento das liberdades individuais.
 - (E) Vê-se em diferentes países e culturas, demandas por direitos humanos, mesmo nos lugares onde renega a interpretação dos países ocidentais de quais seriam esses direitos.

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 7 a 10.

1. *O mantra do momento é “siga seu coração”. O coração é sábio. Se o coração não palpita, mude de vida. Ou de trabalho.*
2. *Antigamente, o trabalho era apenas um instrumento para garantir o sustento. A ideia de que o trabalho nos “completa”, nos “apaixona”, seria incompreensível. Mas não é incompreensível hoje. Se não sentirmos um amor eterno pela rotina do escritório, pensaremos em uma derrota existencial.*
3. *Mas, se, em matéria de trabalho, o que interessa é cumprir nossa paixão, isso significa que todos temos uma paixão para cumprir. Noções de esforço e mérito deixam de fazer sentido. Tudo que interessa é descobrir nossa vocação. Contudo, conforme alertam psicólogos, esse raciocínio não sobrevive a uma análise cuidadosa.*
4. *Em matéria vocacional, a teoria de que aquilo que nos apaixona já está inscrito no nosso “DNA existencial” é a teoria dos românticos, que pulam de trabalho em trabalho em busca da epifania. Se não a encontram, a frustração aumenta. Para pesquisadores, pessoas que se refugiam nessa teoria dificilmente encontram a paixão que procuram. O mundo não é o reflexo perfeito dos nossos desejos; ele é mais imprevisível e diverso do que nossas fantasias mentais.*
5. *Quando nos agarramos a uma ideia fixa de realização pessoal, não vemos oportunidades de trabalho alternativas. Pior ainda: encaramos cada surpresa como um desvio intolerável. Quem acredita na vocação “natural” não concebe a existência de obstáculos. Se as coisas não são tão simples como imaginamos, isso só pode significar que estamos no caminho errado.*
6. *Moral da história? Não siga seu coração. Prefira abrir sua cabeça para as possibilidades que existem — e que sua cabeça nem sequer imaginava que existiam.*

(Adaptado de: COUTINHO, João Pereira. Disponível em: [/www1.folha.uol.com.br](http://www1.folha.uol.com.br))

7. Consideradas as ideias expostas no texto, é correto afirmar:
- (A) A partir de mudanças socioculturais, pesquisadores afirmam que o trabalho não é, atualmente, apenas uma ferramenta para o sustento, mas sim um instrumento de realização pessoal, que o indivíduo alcança quando encontra sua verdadeira vocação.
 - (B) Ao afirmar que *o coração é sábio*, o autor sugere que, para encontrar um trabalho que permita o desenvolvimento de todo o potencial vocacional do indivíduo, deve-se seguir o coração, ou seja, nossa intuição.
 - (C) A convicção de que todos teriam um talento especial, a ser descoberto, para exercer determinado tipo de trabalho, pode fazer com que se despreze uma nova oportunidade apenas porque ela não condiz com o que se imaginava.
 - (D) Segundo psicólogos, pessoas que apresentam maior dificuldade para descobrir sua vocação, em oposição às que seguem a intuição, têm mais dificuldade de permanecer em um trabalho, pois se sentem desmotivadas e desestimuladas.
 - (E) Como possuem maior capacidade de fantasiar e são criativos e impetuosos, indivíduos românticos e imprevisíveis costumam ser mais realizados profissionalmente do que aqueles que tentam planejar a carreira racionalmente.



8. Verifica-se emprego de verbo no modo **imperativo** no seguinte trecho:
- (A) *Se não sentirmos um amor eterno pela rotina do escritório*
 - (B) *sua cabeça nem sequer imaginava*
 - (C) *Se o coração não palpita*
 - (D) *que pulam de trabalho em trabalho*
 - (E) *Prefira abrir sua cabeça*
-
9. Se não a encontram, a frustração aumenta. Para pesquisadores, pessoas que se refugiam nessa teoria dificilmente encontram a paixão que procuram. (4^a parágrafo)
- No contexto, os termos sublinhados na frase acima referem-se, na ordem dada, a:
- (A) teoria – pessoas – pessoas
 - (B) teoria – pesquisadores – pessoas
 - (C) epifania – pessoas – paixão
 - (D) epifania – pesquisadores – paixão
 - (E) teoria – pessoas – paixão
-
10. Está correta a **redação** alternativa para um segmento do texto que se encontra em:
- (A) Conforme o mantra: “siga seu coração”, no qual vem sendo muito utilizado no momento, afirma-se que, o coração é sábio – porém, quando o coração não palpita, aconselha-se mudar de trabalho.
 - (B) Em matéria de trabalho, devemos cumprir nossa paixão, mesmo que todos temos uma paixão para cumprir: assim, o importante é descobrir nossa vocação.
 - (C) Apesar de psicólogos alertarem que o raciocínio onde noções como esforço e mérito, não fazem sentido frente a vocação: ou seja, ele não resiste a uma análise cuidadosa.
 - (D) Não há oportunidades de trabalho alternativas, quando se prende à uma ideia fixa de realização pessoal, embora encaramos cada surpresa como: um desvio intolerável.
 - (E) Antigamente, como o trabalho representava apenas um instrumento para garantir o sustento, seria incompreensível a ideia de que ele nos completa.

Raciocínio Lógico-Matemático

11. A quantia de R\$ 900,00 foi repartida em partes diretamente proporcionais às idades de Dimitri, 5 anos, Luiz, 7 anos e Nicolas, 8 anos. Então a diferença entre as quantias que Nicolas e Luiz receberam é, em reais, de
- (A) 135,00.
 - (B) 90,00.
 - (C) 225,00.
 - (D) 45,00.
 - (E) 35,00.
-
12. O quinto termo da sequência $(-1, 3, -5, 7, \dots)$ somado ao quinto termo da sequência $(1, 3, 6, 10, \dots)$ é:
- (A) 6.
 - (B) 24.
 - (C) 17.
 - (D) 1.
 - (E) 32.
-
13. Considere verdadeiras as afirmações:
- Estudo ou passeio.
 - Vou à escola ou não estudo.
 - Fico em casa ou não passeio.
- Ontem não fiquei em casa, portanto,
- (A) passeei e estudei.
 - (B) não passeei e não estudei.
 - (C) fui à escola e estudei.
 - (D) estudei e não fui à escola.
 - (E) não passeei e não fui à escola.



14. Paula gastou $\frac{3}{10}$ do seu salário para pagar dívidas, $\frac{5}{14}$ do restante dividiu em três partes iguais para comprar roupas, ir à feira e pagar o aluguel. As frações correspondentes ao aluguel e a fração que sobrou do salário são, respectivamente,
- (A) $\frac{3}{20}$ e $\frac{21}{25}$.
- (B) $\frac{1}{12}$ e $\frac{9}{20}$.
- (C) $\frac{1}{6}$ e $\frac{11}{20}$.
- (D) $\frac{1}{4}$ e $\frac{9}{20}$.
- (E) $\frac{1}{12}$ e $\frac{7}{15}$.

História e Geografia do Amapá

15. A colônia penal de Clevelândia, instalada no Oiapoque, serviu para aprisionar, majoritariamente,
- (A) portugueses que resistiram à Independência do Brasil, em 1822.
- (B) estrangeiros entrados ilegalmente pela Guiana no final do século XVIII.
- (C) fugidos da Revolta da Cabanagem, no Grão-Pará, que ocorreu de 1835 a 1840.
- (D) presos políticos condenados durante o governo de Artur Bernardes (1922-1926).
- (E) negros quilombolas aprisionados pelos capitães do mato no final do século XIX.
16. O Projeto Jari, implantado em 1967, na confluência dos rios Jari e Amazonas foi
- (A) um projeto fracassado, já que nunca saiu do papel, pois o principal acionista, o governo, desistiu do investimento ainda no começo.
- (B) um empreendimento industrial da área de robótica, contando com tecnologia de ponta e apoio maciço do capital alemão e japonês.
- (C) um experimento social de colonização das fronteiras, idealizado pela ONU como uma solução para o problema dos refugiados sírios.
- (D) o mais ousado projeto ambiental já concebido para o planeta, pois era autossustentável e previa a recomposição da flora e da fauna nativas.
- (E) a maior companhia florestal e a mais extensa propriedade agrícola do mundo pertencente a uma só pessoa, o milionário americano, Daniel Ludwig.
17. O Marabaixo é uma manifestação cultural amapaense que possui, dentre suas características, elementos que remetem à
- (A) representação da maré baixa.
- (B) receita alimentar à base de arroz e peixe.
- (C) dança de roda e ritmo musical de origem africana.
- (D) homenagem à presença francesa na região.
- (E) embarcação tradicional, utilizada pelos indígenas amazônicos.

18. *No sexto levantamento sobre a safra amapaense para 2018, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) manteve a previsão de crescimento de 6,8% em relação ao obtido no ano passado para cereais, leguminosas e oleaginosas. Segundo a expectativa, a colheita neste ano deve alcançar 62,6 mil toneladas, das quais, 58 mil toneladas de um único produto. A área plantada no Estado também deve crescer na mesma proporção, com expansão de 6%. Em relação aos grãos, o Amapá terá colheita superior a Estados como Rio de Janeiro, Espírito Santo e Amazonas.*

(Adaptado de: <https://g1.globo.com>. Acessado em: 26.out.2018)

O produto com maior colheita é

- (A) o milho que tem oferecido bom lucro aos agricultores.
- (B) a mandioca que tem expandido a área cultivada.
- (C) a soja que ocupa a maior área cultivada do Estado.
- (D) a cana-de-açúcar que é cultivada próxima ao litoral.
- (E) o feijão que tem parte da produção destinada à exportação.



19. Considere o mapa do Estado do Amapá apresentado a seguir.

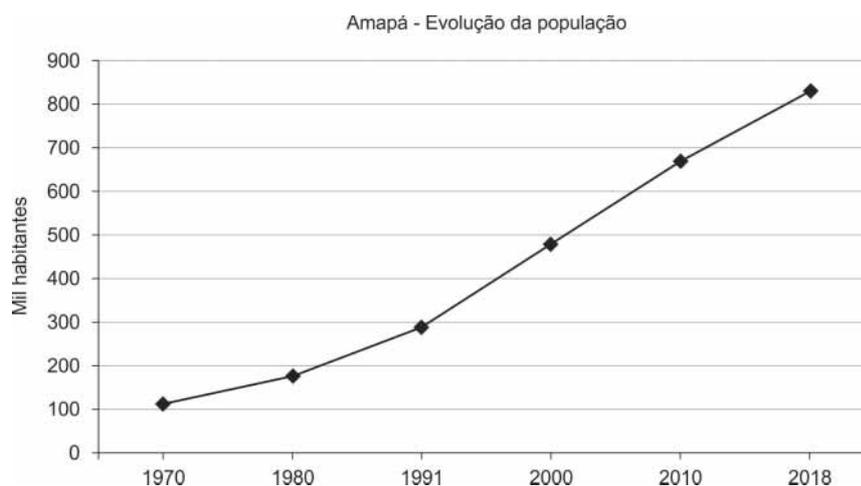


(IBGE)

A área em destaque no mapa apresenta, entre outras, as seguintes características:

- (A) relevo de planalto onde se localiza o ponto mais elevado do Estado e clima equatorial úmido com pequeno período de seca.
- (B) depressões com altitudes médias acima de 400 m e nascentes de rios que correm em direção a leste, como o Jari.
- (C) áreas serranas com altitudes acima de 700 m e clima tropical úmido com chuvas concentradas entre agosto e novembro.
- (D) chapadas sedimentares com topos aplainados e escarpas abruptas e vegetação florestal com árvores e arbustos latifoliados.
- (E) relevo de morros e colinas de baixa altitude devido à forte erosão e vegetação de transição entre a floresta e o cerrado.

20. Observe o gráfico apresentado a seguir.



(IBGE)

A leitura do gráfico e os conhecimentos sobre o Estado do Amapá permitem afirmar com correção que o crescimento da população

- (A) foi mais rápido quando o Amapá era Território Federal.
- (B) é resultado do crescimento vegetativo e da migração.
- (C) está relacionado à elevada taxa de urbanização do Estado.
- (D) tem sido mais lento devido às baixas taxas de natalidade.
- (E) está sendo menor nestas duas décadas do século XXI.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Penal**

21. O regime semiaberto
- (A) deve ser cumprido em estabelecimento de segurança média.
 - (B) é destinado a condenações superiores a 8 e inferiores a 12 anos de reclusão.
 - (C) é destinado ao cumprimento de pena de prestação de serviço à comunidade.
 - (D) deve ser reservado aos presos que tenham direito a indulto.
 - (E) deve ser cumprido em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar.
-
22. A detração consiste
- (A) no castigo imposto ao preso que comete falta disciplinar na execução da pena.
 - (B) na perda dos dias remidos pela prática de novo crime.
 - (C) no cômputo do tempo de prisão preventiva na pena privativa de liberdade.
 - (D) no acúmulo de penas quando o agente pratica mais de um crime mediante uma só ação.
 - (E) na transformação da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.
-
23. São espécies de penas restritivas de direitos
- (A) a prisão administrativa e limitação de fim de semana.
 - (B) a multa e prestação de serviço à comunidade.
 - (C) o regime aberto e remição.
 - (D) a prestação pecuniária e interdição temporária de direitos.
 - (E) o livramento condicional e comutação.
-
24. É circunstância que sempre atenua a pena ter o agente cometido o crime
- (A) em ocasião de qualquer calamidade pública.
 - (B) quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade.
 - (C) por motivo de relevante valor social ou moral.
 - (D) em estado de embriaguez preordenada.
 - (E) prevalecendo-se de relações domésticas.
-
25. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, a garantia de prioridade à criança e ao adolescente NÃO compreende
- (A) início de cumprimento de pena privativa de liberdade prioritário e separado dos adultos.
 - (B) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
 - (C) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.
 - (D) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.
 - (E) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
-
26. Sobre a assistência educacional na execução penal, é correto afirmar que
- (A) o ensino profissionalizante se destina aos presos de baixa periculosidade.
 - (B) os sistemas de ensino oferecerão aos presos cursos supletivos de educação de jovens e adultos.
 - (C) o ensino universitário é restrito aos presos em livramento condicional.
 - (D) disciplinas que estimulem o senso crítico devem ser evitadas por medida de segurança pública.
 - (E) o ensino fundamental será ministrado de forma voluntária por presos que tenham habilidades específicas.
-
27. A remição pelo estudo desconta um dia de pena a cada
- (A) oito horas de frequência escolar.
 - (B) seis horas de frequência escolar.
 - (C) doze horas de frequência escolar.
 - (D) quinze horas de frequência escolar.
 - (E) dez horas de frequência escolar.
-
28. Segundo a Lei de Execução Penal, o juiz poderá definir a fiscalização por meio da monitoração eletrônica quando
- (A) determinar a prisão domiciliar.
 - (B) determinar a regressão de regime.
 - (C) deferir direito à remição.
 - (D) conceder o indulto.
 - (E) conceder o livramento condicional.

**Noções de Direito Constitucional**

29. Segundo o que dispõe a Constituição Federal quanto aos direitos e deveres individuais e coletivos
- (A) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, desde que mediante prévia licença da autoridade competente.
 - (B) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação policial.
 - (C) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, independentemente de prévio aviso à autoridade competente.
 - (D) a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas, dependem de autorização, sendo apenas permitida a interferência estatal em seu funcionamento nos casos em que se desviarem de seu estatuto social.
 - (E) é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
-
30. À luz do que disciplina a Constituição Federal,
- (A) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial ou administrativa, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
 - (B) ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.
 - (C) a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, somente poderá ser objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
 - (D) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, independentemente do limite do valor do patrimônio transferido.
 - (E) a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e posterior indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição.
-
31. A assistência social
- (A) tem por objetivo o amparo às crianças e adolescentes carentes.
 - (B) e as ações governamentais a ela relacionadas serão realizadas com recursos do orçamento da saúde.
 - (C) não abrange, dentre seus objetivos, a promoção da integração ao mercado de trabalho, cuja atribuição caberá ao Ministério do Trabalho.
 - (D) é de filiação obrigatória sob a forma de regime geral.
 - (E) será prestada a quem dela necessitar, mediante prévia contribuição à seguridade social.
-
32. Segundo a Constituição do Estado do Amapá, perderá o mandato o Deputado
- (A) investido no cargo de Ministro de Estado.
 - (B) investido no cargo de Secretário de Estado.
 - (C) que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à quinta parte das sessões ordinárias.
 - (D) que sofrer condenação civil ou administrativa em sentença transitada em julgado.
 - (E) cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar.
-
33. A Constituição do Estado do Amapá poderá ser emendada mediante proposta
- (A) do Governador do Estado.
 - (B) de um terço das Câmaras Municipais do Estado, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
 - (C) de cidadãos, mediante iniciativa popular assinada, no mínimo, por 5% dos eleitores do Estado.
 - (D) do interventor federal, nos casos autorizados pela Constituição da República
 - (E) de metade, no mínimo, dos Deputados Estaduais.



34. Consoante dispõe a Constituição do Estado do Amapá, além das funções previstas na Constituição Federal, na própria Constituição do Estado do Amapá e nas leis, incumbe ainda, ao Ministério Público,
- I. efetuar recomendações para melhoria dos serviços públicos e dos serviços de relevância pública.
 - II. sugerir ao Poder competente a edição de normas e a alteração da legislação em vigor.
 - III. fiscalizar a aplicação de verbas públicas destinadas às instituições assistenciais.
 - IV. representar o Estado judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe a defesa de seus direitos na área judicial e administrativa, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, III e IV.
 - (B) II, III e IV.
 - (C) I, II e III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e IV.
-
35. De acordo com o que dispõe a Convenção Americana de Direitos Humanos – Pacto de San José da Costa Rica (OEA, 1969),
- (A) toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento de seu nascimento.
 - (B) não haverá penas de morte, salvo em caso de guerra declarada, em nenhum Estado signatário da referida convenção.
 - (C) ninguém deve ser detido por dívidas. Este princípio não limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar e ao depositário infiel.
 - (D) os processados devem ficar separados dos condenados, salvo em circunstâncias excepcionais, e devem ser submetidos a tratamento adequado à sua condição de pessoas não condenadas.
 - (E) toda pessoa tem direito à liberdade de consciência e de religião. Esse direito implica a liberdade de conservar sua religião ou suas crenças, ou de mudar de religião ou de crenças, bem como a liberdade de professar e divulgar sua religião ou suas crenças, individual ou coletivamente, exclusivamente em ambiente privado.

-
36. Segundo as Regras de Mandela,
- (A) diante do princípio da igualdade, medidas para proteger e promover os direitos dos presos portadores de necessidades especiais serão consideradas discriminatórias.
 - (B) os objetivos de uma sentença de encarceramento ou de medida similar restritiva de liberdade são, prioritariamente, de retribuição ao mal praticado.
 - (C) deverá existir um sistema padronizado de gerenciamento dos registros dos presos em todos os locais de encarceramento. Tais registros, inclusive os de entrada no sistema prisional serão públicos e acessíveis a todos os interessados, bem como à população em geral.
 - (D) o provimento de serviços médicos para os presos é uma responsabilidade da família do custodiado. Os presos devem usufruir dos mesmos padrões de serviços de saúde disponíveis à comunidade, e os serviços de saúde necessários devem ser gratuitos, sem discriminação motivada pela sua situação jurídica.
 - (E) as celas ou quartos destinados ao descanso noturno não devem ser ocupados por mais de um preso. Se, por razões especiais, tais como superlotação temporária, for necessário que a administração prisional central faça uma exceção à regra, não é recomendável que dois presos sejam alojados em uma mesma cela ou quarto.

Noções de Sociologia

37. Se o conceito de violência estrutural inclui a ideia de que se trata de uma “violência gerada por estruturas organizadas e institucionalizadas, naturalizada e oculta em estruturas sociais”, então é correto concluir que
- (A) a desorganização social enfraquece as instituições e contribui para que a violência estrutural revele os verdadeiros interesses que a geram.
 - (B) a origem da violência estrutural encontra-se na natureza humana, onde a violência se oculta em sua estrutura mais profunda.
 - (C) a violência se torna estrutural na medida em que é praticada de forma escondida pelo crime organizado contra as instituições sociais.
 - (D) a violência estrutural deve ser combatida por instituições policiais e judiciais bem organizadas e estruturadas.
 - (E) o senso comum nem sempre considera ou compreende a violência estrutural como expressão de violência.



38. Sobre as causas da violência, é correto afirmar, segundo o consenso dos estudiosos, que
- (A) as pessoas agem de forma violenta porque tem índole má, a qual pode ser revertida se elas forem condenadas a longas penas de prisão.
 - (B) a principal causa da violência é a pobreza, o que se comprova pelo fato de que a maioria das pessoas que estão presas por crime violento são pobres.
 - (C) não existe uma única causa para a violência e a punição de quem age com violência não é suficiente para resolver o problema.
 - (D) a violência é causada pela pouca firmeza na educação dos filhos, provocada especialmente pela proibição do uso, pelos pais, de castigos físicos e surras para corrigi-los.
 - (E) a tolerância com as diferenças entre as pessoas e com os diferentes modos de pensar e agir causa a violência porque faz desaparecer da sociedade a noção do que é certo ou errado.
-
39. Há no Brasil legislação e órgãos criados especialmente para combater a violência doméstica e familiar contra a mulher, não tendo os homens o mesmo tipo de proteção. Essa diferença de tratamento
- (A) não se justifica do ponto de vista dos direitos humanos e do direito internacional, já que viola a regra de que todos são iguais perante a lei.
 - (B) parte da constatação de que, em nossa sociedade, o gênero masculino ainda ocupa um lugar privilegiado em relação ao gênero o feminino, tornando as mulheres mais expostas e vulneráveis à violência.
 - (C) é mais um reflexo da grande desigualdade observada no país, especialmente na distribuição da renda e das oportunidades para todos os cidadãos.
 - (D) se explica pelo reconhecimento de que a mulher, sendo responsável por gerar e criar os filhos, merece mais proteção da sociedade do que os homens.
 - (E) contraria os papéis sociais reservados às mulheres, que atualmente chefiam a maioria dos lares brasileiros e ocupam posições no mercado de trabalho em igualdade de condições.
-
40. O conceito de paz negativa refere-se à paz
- (A) decorrente da ausência de guerra ou de violência direta.
 - (B) que beneficia apenas os que podem pagar pela própria segurança.
 - (C) obtida pela eliminação total dos inimigos internos e externos, pessoais e sociais.
 - (D) que nega toda forma de violência simbólica, mas convive com a violência estrutural.
 - (E) resultante de acordos que sacrificam interesses das minorias.
-
41. Qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal de uma pessoa é considerada violência
- (A) física.
 - (B) psicológica.
 - (C) verbal.
 - (D) integral.
 - (E) simbólica.
-

Políticas de assistência no Sistema Prisional

42. O Sistema Único de Saúde tem como diretriz
- (A) centralização, com direção descentralizada em cada esfera de governo.
 - (B) prioridade de atendimento às pessoas privadas de liberdade.
 - (C) participação da comunidade.
 - (D) financiamento público e gestão privada.
 - (E) preferência para atividades emergenciais e curativas.
-
43. NÃO constitui princípio do Sistema Único de Saúde (SUS)
- (A) a vedação do uso da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades e alocação de recursos.
 - (B) a preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral.
 - (C) o direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde.
 - (D) a integração em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico.
 - (E) a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência.
-



44. Constitui objetivo da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional
- (A) limitar aos profissionais do sistema prisional a participação e o controle das políticas de saúde.
 - (B) qualificar e humanizar a atenção à saúde no sistema prisional por meio de ações conjuntas das áreas da saúde e da justiça.
 - (C) fomentar a construção de unidades de atendimento e hospitais dentro das unidades prisionais.
 - (D) qualificar a população prisional para que possam realizar os atendimento em caso de falta de pessoal da saúde.
 - (E) garantir atendimento prioritário aos presos com bom comportamento prisional e que se dediquem ao estudo.
-
45. O Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional tem como diretriz
- (A) incentivar a educação à distância para o sistema prisional.
 - (B) vincular o acesso à educação aos condenados por crimes leves.
 - (C) disciplinar e controlar a população prisional por meio da educação.
 - (D) priorizar o acesso à educação aos agentes penitenciários.
 - (E) promover a reintegração social da população prisional por meio da educação.
-
46. Compete ao Ministério da Educação, na execução do Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional
- (A) conceder apoio financeiro para construção, ampliação e reforma dos espaços destinados à educação nos estabelecimentos penais.
 - (B) orientar os gestores do sistema prisional para a importância da oferta de educação nos estabelecimentos penais.
 - (C) equipar e aparelhar os espaços destinados às atividades educacionais nos estabelecimentos penais.
 - (D) escolher o perfil da população prisional que terá acesso aos serviços de assistência educacional.
 - (E) realizar o acompanhamento dos indicadores estatísticos do Plano, por meio de sistema informatizado, visando à orientação das políticas públicas.
-
47. Constitui objetivo do Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional
- (A) concentrar esforços para que a educação seja prestada aos presos, excetuando-se os egressos e reincidentes.
 - (B) fortalecer a integração da educação profissional e tecnológica com a educação de jovens e adultos no sistema prisional.
 - (C) prevenir a criminalidade causada por falta de educação, humanizando a vida das pessoas que não estão socializadas devidamente.
 - (D) ampliar o acesso à educação como forma de punição aos presos condenados por crimes graves e hediondos.
 - (E) priorizar o fornecimento de educação aos presos em regime semiaberto e livramento condicional.
-
48. NÃO constitui princípio da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional
- (A) equidade, em virtude de reconhecer as diferenças e singularidades dos sujeitos de direitos.
 - (B) promoção de iniciativas de ambiência humanizada e saudável com vistas à garantia da proteção dos direitos dessas pessoas.
 - (C) relativização dos direitos humanos em face das peculiaridades de cada unidade prisional, de modo a priorizar aquelas com maiores probabilidades de ressocialização.
 - (D) valorização de mecanismos de participação popular e controle social nos processos de formulação e gestão de políticas para atenção à saúde das pessoas privadas de liberdade.
 - (E) corresponsabilidade interfederativa quanto à organização dos serviços segundo a complexidade das ações desenvolvidas, assegurada por meio da Rede Atenção à Saúde no território.
-
49. A remição pelo estudo
- (A) é vedada no cumprimento de pena em regime aberto.
 - (B) prevalece sobre a remição pelo trabalho, pois são incompatíveis entre si.
 - (C) é contada em dobro para presos primários e de bons antecedentes que tenham bom comportamento prisional.
 - (D) é contada pela metade em caso de metodologia de ensino à distância ou de mera leitura.
 - (E) é acrescida de um terço no caso de conclusão do ensino fundamental durante o cumprimento da pena.

**Diversidades e Populações Vulneráveis no Sistema Prisional**

50. Se condenada à prisão, segundo regra da Resolução Conjunta nº 1/2014 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e do Conselho Nacional LGBT – Acolhimento LGBT, a pessoa transexual masculina
- (A) deve ser encaminhada para unidade prisional feminina.
 - (B) deve ser encaminhada para cela comum de unidade prisional masculina.
 - (C) tem o direito de escolher para qual tipo de unidade prisional deseja ser encaminhada.
 - (D) deve ser encaminhada para unidade prisional federal exclusiva para privação de liberdade de transgêneros.
 - (E) será mantida em divisão separada e isolada de unidade prisional masculina.
-
51. Segundo define a Resolução Conjunta nº 1/2014 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e do Conselho Nacional LGBT – Acolhimento LGBT, travestis são
- (A) homens que se relacionam sexualmente com outros homens e se apresentam socialmente vestidos como mulher.
 - (B) homens ou mulheres que rejeitam o próprio órgão sexual biológico e se relacionam com pessoas do mesmo sexo.
 - (C) pessoas que pertencem ao sexo masculino na dimensão fisiológica, mas que socialmente se apresentam no gênero feminino, sem rejeitar o sexo biológico.
 - (D) pessoas que trabalham no mercado do sexo, assumindo identidade sexual oposta às suas características fisiológicas de nascimento.
 - (E) homens que se relacionam afetiva e sexualmente com ambos os sexos e usam habitualmente roupas e nome social feminino.
-
52. A Resolução Conjunta nº 1/2014 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e do Conselho Nacional LGBT – Acolhimento LGBT considera, expressamente, como tratamento desumano ou degradante
- (A) a transferência compulsória entre celas e alas ou quaisquer outros castigos ou sanções em razão da condição de pessoa LGBT.
 - (B) oferecer tratamento psicológico para conversão de reeducandos que apresentem distúrbios de identidade sexual.
 - (C) deixar, em qualquer caso, de transferir pessoa travesti ou gay presa em unidades prisionais masculinas para espaços de vivência específicos.
 - (D) qualquer referência discriminatória, preconceituosa e pejorativa dirigida aos detentos gays ou travestis em razão de sua opção sexual ou forma de se comportar.
 - (E) conduzir pessoa LGBT na companhia de presos comuns, sem as cautelas devidas, em veículo de transporte da administração penitenciária.
-
53. O Estado deverá garantir a capacitação continuada aos profissionais dos estabelecimentos penais em relação à orientação sexual e identidade de gênero. A identidade de gênero diz respeito
- (A) ao conjunto de preferências sexuais da pessoa considerado a partir de sua maior ou menor adequação às formas predominantes de relacionamento em determinada sociedade.
 - (B) às características corporais presentes no momento do nascimento que permitem identificar uma pessoa como homem ou mulher.
 - (C) à ideologia segundo a qual a pessoa deve escolher sua identidade de homem ou mulher de acordo com o tipo de órgão genital que possui.
 - (D) à forma como a pessoa se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento.
 - (E) ao sexo atribuído à pessoa em seu documento oficial de identidade, independentemente de suas características físicas e do nome que lhe foi atribuído ao nascer.
-
54. Segundo expressamente previsto na Resolução Conjunta nº 1/2014 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e do Conselho Nacional LGBT – Acolhimento LGBT, a pessoa travesti ou transexual em privação de liberdade no Brasil tem direito
- (A) de ser chamada pelo seu nome social, mas não tem direito à visita íntima.
 - (B) à visita íntima, mas não tem direito ao uso de roupas masculinas ou femininas conforme o gênero.
 - (C) ao uso de roupas masculinas ou femininas conforme o gênero, mas não tem direito a cumprir pena em unidade prisional especializada para pessoas LGBT.
 - (D) tem direito a cumprir pena em unidade prisional especializada para pessoas LGBT, mas não tem direito a manter seu tratamento hormonal.
 - (E) tem direito a manter seu tratamento hormonal mas não tem direito a ser chamada pelo seu nome social.

**Direitos Humanos e Participação Social**

55. Incumbe ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
- (A) aplicar aos casos julgados lei posterior que de qualquer modo favorecer o condenado.
 - (B) emitir anualmente atestado de pena a cumprir.
 - (C) interpor recursos de decisões proferidas pela autoridade judiciária, durante a execução.
 - (D) prestar assistência jurídica integral e gratuita aos presos.
 - (E) estimular e promover a pesquisa criminológica.
-
56. O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária é
- (A) integrado por 13 membros, dentre os quais professores da área do Direito Penal e representantes da comunidade.
 - (B) subordinado ao Ministério Público e seus membros têm mandato de 3 anos.
 - (C) composto por agentes penitenciários e funciona na área administrativa de cada unidade prisional.
 - (D) órgão auxiliar e vinculado ao Conselho Nacional de Justiça e tem renovação de metade de seus membros anualmente.
 - (E) formado por 9 deputados e 3 senadores para elaboração de políticas de prevenção ao crime.
-
57. O Conselho Penitenciário é
- (A) integrado por membros nomeados pelo Presidente da República.
 - (B) órgão executivo e exerce o controle sobre os diretores de presídios.
 - (C) composto por juízes de execução penal da comarca.
 - (D) órgão consultivo e fiscalizador da execução da pena.
 - (E) órgão superior do Ministério Público para assuntos prisionais.
-
58. Incumbe ao Conselho Penitenciário
- (A) supervisionar a assistência aos egressos.
 - (B) decidir sobre faltas disciplinares na execução da pena.
 - (C) prestar assistência material e psicológica aos presos.
 - (D) conceder indulto e progressão de regime.
 - (E) requerer aplicação de medida de segurança.
-
59. O Conselho da Comunidade
- (A) é formado apenas por membros da comunidade sem formação jurídica.
 - (B) é composto e instalado pelo juiz da execução penal.
 - (C) destina-se à realização de exame criminológico.
 - (D) deve abrigar os presos em saída temporária.
 - (E) tem sede no Distrito Federal e deve requerer a unificação de penas.
-
60. Incumbe ao Conselho da Comunidade
- (A) emitir parecer sobre indulto e comutação de pena.
 - (B) supervisionar os patronatos.
 - (C) elaborar programa nacional penitenciário de formação e aperfeiçoamento do servidor.
 - (D) visitar, pelo menos mensalmente, os estabelecimentos penais existentes na comarca.
 - (E) propor diretrizes da política criminal quanto à prevenção do delito.